

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.571.809 - RJ (2019/0251989-5)

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
AGRAVANTE : **SENDAS DISTRIBUIDORA S/A**
OUTRO NOME : **EXTRA SUPERMERCADOS**
ADVOGADOS : **OSMAR BERARDO CARNEIRO DA CUNHA FILHO -**
RJ099758
ANDRÉ FERRARINI DE OLIVEIRA PIMENTEL - SP185441
AGRAVANTE : **JOAO ALVES PEREIRA**
ADVOGADOS : **LUCIANA GUSMÃO DE SOUZA GOUVÊA - RJ071085**
RAPHAEL GOUVÊA VIANNA - RJ186058
AGRAVADO : **OS MESMOS**
AGRAVADO : **FORMULA PARK EXPLORACAO DE ESTACIONAMENTO**
LTDA
ADVOGADO : **SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS - SE000000M**

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COMPENSAÇÃO POR DANO MORAL E REPARAÇÃO POR DANO MATERIAL. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. SÚMULA 282/STF. REEXAME DE FATOS E PROVAS. INADMISSIBILIDADE. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. COTEJO ANALÍTICO E SIMILITUDE FÁTICA. AUSÊNCIA. HONORÁRIOS DE SUCUMBÊNCIA RECURSAL. MAJORAÇÃO.

1. Ação de compensação por dano moral e reparação por dano material.
2. A ausência de decisão acerca dos dispositivos legais indicados como violados impede o conhecimento do recurso especial.
3. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível.
4. O dissídio jurisprudencial deve ser comprovado mediante o cotejo analítico entre acórdãos que versem sobre situações fáticas idênticas.
5. Agravo conhecido. Recurso especial não conhecido, com majoração de honorários.

DECISÃO

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto por SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, contra decisão interlocutória que negou seguimento a recurso especial fundamentado nas alíneas "a" e "c" do permissivo constitucional.

Ação: de compensação por dano moral e reparação por dano material, ajuizada por JOAO ALVES PEREIRA, em face da agravante e de

Superior Tribunal de Justiça

FORMULA PARK EXPLORACAO DE ESTACIONAMENTO LTDA, na qual relata que em 22/05/2009 teve seus pertences roubados no estacionamento da SENDAS DISTRIBUIDORA S/A, sendo alvejado por tiro na barriga. Pleiteia compensação por dano moral e reparação por dano material.

Sentença: julgou parcialmente procedentes os pedidos, para condenar a agravante e FORMULA PARK EXPLORACAO DE ESTACIONAMENTO LTDA, solidariamente, ao pagamento ao agravado a título de reparação por danos materiais da quantia de R\$ 16.200,00 (dezesesseis mil e duzentos reais), bem como de danos estéticos no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) e danos morais no importe de R\$ 10.000,00 (dez mil reais).

Acórdão: deu provimento à apelação interposta pelo agravado e negou provimento à apelação interposta pela agravante, nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CÍVEL. RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. TENTATIVA DE LATROCÍNIO EM ESTACIONAMENTO DE SUPERMERCADO. DEVER DE GUARDA E VIGILÂNCIA. FALHA NO DEVER SEGURANÇA. PROVA DO FATO. INDENIZAÇÃO. DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS DEVIDOS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DAS PARTES. RÉU QUE SUSTENTA CASO FORTUITO E CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA. AUTOR PUGNA PELA MAJORAÇÃO DAS INDENIZAÇÕES. INCIDÊNCIA DAS NORMAS DO CDC. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. RESPONSABILIDADE OBJETIVA. EXCLUDENTES DE CASO FORTUITO E CULPA EXCLUSIVA DA VÍTIMA NÃO DEMONSTRADAS E SEQUER APLICÁVEIS À ESPÉCIE. FORTUITO INTERNO. PRECEDENTES. DANOS MATERIAIS, MORAIS E ESTÉTICOS CONFIGURADOS. MAJORAÇÃO DAS VERBAS A TÍTULO DE DANOS MORAIS E ESTÉTICOS. FIXAÇÃO DE HONORÁRIOS RECURSAIS. (e-STJ Fl. 305)

Embargos de declaração: interpostos pelo agravado, foram rejeitados.

Recurso especial: alega violação dos arts. 186, 187, 393, 884, 927 e 944 do CC; 14, § 3º, II, do CDC; 373 do CPC/15, bem como dissídio

jurisprudencial. Sustenta não ter praticado qualquer ato ilícito capaz de dar azo à pretensão reparatória do agravado. Afirma que o fato em análise ocorrera por culpa exclusiva da vítima, de modo a afastar sua responsabilidade civil na espécie. Insurge-se contra a condenação ao pagamento de reparação por dano material, sob o fundamento de que os prejuízos alegados pelo agravado não foram devidamente comprovados nos autos. Aduz que a fixação de danos morais no importe de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) é exorbitante e merece ser reformada.

Relatado o processo, decide-se.

- Da ausência de prequestionamento

O acórdão recorrido não decidiu acerca dos arts. 186, 187, 393, 884, 927 e 944 do CC; 14, § 3º, II, do CDC, indicados como violados. Por isso, o julgamento do recurso especial é inadmissível. Aplica-se, na hipótese, a Súmula 282/STF.

- Do reexame de fatos e provas

Alterar o decidido no acórdão impugnado, no que se refere à compensação por danos morais e estéticos, bem como em relação à reparação por dano material, exige o reexame de fatos e provas, o que é vedado em recurso especial pela Súmula 7/STJ.

Saliente-se que o *quantum* indenizatório, arbitrado em R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a título de compensação por danos morais, em vista da extensão do dano verificado, não se mostra exorbitante. Somente em hipóteses excepcionais, quando irrisório ou exorbitante o valor da indenização por danos morais arbitrado na origem, a jurisprudência desta Corte admite o afastamento do referido óbice, para permitir a revisão. Na hipótese dos autos, o montante estabelecido pelo Tribunal de origem não se mostra desproporcional, a justificar sua reavaliação em recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

- Da divergência jurisprudencial

Entre os acórdãos trazidos à colação, não há o necessário cotejo analítico nem a comprovação da similitude fática, elementos indispensáveis à demonstração da divergência. Assim, a análise da existência do dissídio é inviável, porque foram descumpridos os arts. 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ.

Forte nessas razões, CONHEÇO do agravo para NÃO CONHECER do recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro os honorários fixados anteriormente para 15% sobre o valor da condenação.

Previno as partes que a interposição de recurso contra esta decisão, se declarado manifestamente inadmissível, protelatório ou improcedente, poderá acarretar sua condenação às penalidades fixadas nos arts. 1.021, § 4º, e 1.026, § 2º, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI
Relatora